

Anália Torres
Fátima Assunção
Paula Campos Pinto
Diana Maciel
(Organizadoras)

Género, Conhecimento, Resistências e Ação

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA
2023



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CENTRO
INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS DE
GÉNERO
ISCSP-ULISBOA

COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO

TÍTULO

Género, Conhecimento, Resistências e Ação

ORGANIZADORAS

Anália Torres
Fátima Assunção
Paula Campos Pinto
Diana Maciel

AUTORES/AS

Anália Torres | António Fonseca | Bernardo Coelho | Diana Maciel | Eduarda Ferreira
Fátima Assunção | Filipa Godinho | Irma Erlingsdóttir | Isabel Fiadeiro Advirta
Joana Topa | Karla Bessa | Lia Gil Antunes | Lígia Amâncio | Patrícia Santos Pedrosa
Paula Campos Pinto | Pedro Vasconcelos | Sofia Aboim | Sue Scott

EDITOR

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

EDIÇÃO E FIXAÇÃO DO TEXTO

Núcleo de Edições do ISCSP-ULisboa

IMPRESSÃO: CAFILESA, LDA.

DEPÓSITO LEGAL N.º 524570/23

ISBN 978-989-646-171-3

DEZEMBRO DE 2023

Índice

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS ORGANIZADORAS.....	xi
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES E DAS AUTORAS.....	xiii
AGRADECIMENTOS.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	xix

I. GÊNERO, CONHECIMENTO E RESISTÊNCIAS

1. Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação ANÁLIA TORRES.....	27
2. Conceptualizing Gender: An Autobiographical Journey SUE SCOTT.....	39
3. Políticas e Epistemologias Feministas e de Género sob Ataque: O Medo Bolsonarista da Diversidade KARLA BESSA.....	57

II. DIREITOS, POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

4. O Género em Tempos de Cólera LÍGIA AMÂNCIO.....	89
5. The Gender Political Challenge Posed by the Contemporary Populist Right IRMA ERLINGSDÓTTIR.....	97
6. Amor à Hierarquia: A Ascensão da Ideologia Antigênero PEDRO VASCONCELOS.....	107
7. Direitos, Políticas e Debates na Construção da Justiça de Género: Pesquisar Também é Resistir PAULA CAMPOS PINTO.....	127

III. IDENTIDADES, SEXUALIDADES E ATIVISMOS

8. Os Nomes do Género: Percursos de Construção Identitária de Pessoas Transgénero
SOFIA ABOIM, ANTÓNIO FONSECA & FILIPA GODINHO 137
9. 20 Anos de Afirmação dos Direitos LGBTQI+ em Portugal:
Como Deixamos de Tolerar a Tolerância
ISABEL ADVIRTA 161
10. Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há Outra Forma?
EDUARDA FERREIRA 175

IV. DESIGUALDADES DE GÉNERO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

11. Estudos Migratórios e os Feminismos de Terceira Vaga
JOANA TOPA 187
12. Plural Existences: Feminists' Epistemologies and the History of Architecture
PATRÍCIA SANTOS PEDROSA & LIA GIL ANTUNES 205
13. Amor Acidental entre Acompanhantes e Clientes: Desigualdades e Seduções
BERNARDO COELHO 221

1.

Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação

ANÁLIA TORRES

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,
Universidade de Lisboa

1. Sublinhámos na chamada para comunicações do II Congresso Internacional do CIEG que vivemos tempos difíceis que suscitam perguntas e respostas para as quais é fundamental mobilizar a reflexão. E é para isso que os congressos científicos servem. Para dar conta dos resultados e do conhecimento produzido no âmbito das diferentes pesquisas e trabalhos de investigação realizados entre congressos, mas também para refletir e debater em conjunto os grandes temas da atualidade, e em especial, neste caso, os que revelam impacto nas questões de género. De resto, no nosso campo científico específico, com ligação muito direta às realidades quotidianas vividas em sociedade, as reflexões sobre legislação e políticas públicas, ou sobre as iniciativas e os efeitos dos diferentes tipos de ativismos, desempenham também um papel muito relevante.

Tempos difíceis, pois, que nos fizeram escolher um programa com temas muito variados, mas todos eles candentes, a exigirem de nós se não necessariamente respostas, pelo menos que saibamos identificar perguntas e linhas de investigação e ação pertinentes.

Para além de reflexividade, que é o exercício central deste tipo de encontros escolhemos as palavras resistência e ação para identificar objetivos e realidades que marcam o tempo presente.

Resistência no duplo sentido. Em primeiro lugar, porque os estudos de género, feministas e sobre as mulheres e a igualdade de género têm sido alvo de ataques, a nível global; mas a estes ataques se tem oferecido também resistência de múltiplas formas: através de grandes manifestações de rua, de movimentos nas redes sociais, de iniciativas inéditas. Ataques e resistências serão, pois, temas, decerto, centrais em muitas comunicações ao Congresso.

Mas também, em segundo lugar, porque as oposições aos feminismos e à igualdade de género persistem — sofridas ao longo do tempo pelas primeiras sufragistas ou pelos primeiros movimentos LGBT, mas também pelas/os ativistas do nosso tempo.

Foi sempre necessária muita luta e muito argumento esgrimido para pôr em causa a ordem estabelecida, para dar passos em frente desde o direito ao voto, ao direito a dispor do corpo, ou a usufruir de uma sexualidade plena e livre. E embora hoje muitos destes direitos estejam reconhecidos, em Portugal, e em muitos outros países, os problemas persistem, e, em muitos casos, conhecem agravamentos significativos.

Ação porque não só esperamos que resulte deste congresso um conjunto de publicações e trabalhos, como aconteceu no Congresso anterior, com reflexões inspiradoras de contributos teóricos enriquecedores para o nosso campo científico, mas também porque desejamos que alguns desses trabalhos possam contribuir para a mudança de políticas públicas ou mudanças legislativas com capacidade de melhorar a vida das pessoas e de se materializarem em efetivo combate às múltiplas discriminações.

Voltemos aos tempos difíceis e ao que achamos imperioso que se debata neste Congresso.

Basta recordar o que se passava em 2016, quando realizámos o nosso congresso inaugural, para nos darmos conta da complexidade dos momentos que vivemos e também da rapidez com que certas mudanças ocorrem.

Em maio de 2016 Trump ainda não tinha sido eleito, Dilma Rousseff tinha sido há um mês compulsivamente afastada da presidência do Brasil, como as nossas colegas denunciaram aqui mesmo no congresso — há registro fotográfico — no chamado golpe Temer. Ainda não adivinhávamos que Bolsonaro vinha aí. O Brexit só seria aprovado em referendo um mês depois, Orban ainda não tinha sido eleito na Húngria, na Polónia os recuos ainda não pareciam tão evidentes.

Desde então, todos os piores diagnósticos se concretizaram. Trump ganhou, Bolsonaro foi eleito, o Brexit parece hoje um poço sem fundo, com cada vez piores prognósticos, três anos depois.

No caso dos EUA para além das grosserias, da misoginia e do sexismo explícito das declarações do presidente, que foi buscar os seus apoios junto das piores versões evangélicas, os retrocessos na lei do aborto, a perseguição aos imigrantes, a islamofobia, fazem-nos lembrar claramente a progressão do nazismo na Alemanha.

No caso do Brasil depois de confrontos e da escalada antes da eleição de Bolsonaro, quando se instalou um clima de verdadeira perseguição e terror, tivemos o assassinato de Marielle a 14 de março e Bolsonaro foi eleito a 28 de outubro de 2018; desencadeou-se um clima de verdadeira perseguição que obrigou muitos ativistas ao exílio como já acontecera aquando da ditadura militar em 1964. Incitamento ao ódio à esquerda, discursos arcaicos e tradicionalistas, atacando a IG, perseguição a tudo o que tenha que ver com as questões de género nas escolas e nas universidades.

Mas não é preciso sair da Europa para se encontrar o assassinato como arma política. Não poderemos esquecer que antes do referendo, a 16 de junho de 2016, a parlamentar trabalhista britânica Jo Cox, partidária da permanência do Reino Unido na União Europeia, foi assassinada. Várias testemunhas relataram que o agressor gritou Britain First! (“Grã-Bretanha primeiro!”), nome de um partido de extrema-direita contrário à imigração. E sobre este e outros assuntos estamos certas de que Sue Scott nos irá falar de forma bem mais fundamentada.

2. Porquê estes retrocessos, este regresso do populismo, da extrema direita, do antissemitismo, do horror ao “outro”, à imigração? Se olharmos para a história do século xx podemos reconhecer um período com semelhanças ao que estamos hoje a passar. Dez anos depois da crise financeira e económica de 1929, em 1939, começa a segunda guerra mundial. E no período desses dez anos a Europa assistiu ao crescimento do populismo, do antissemitismo, do horror ao Outro, que culminou

como sabemos no terrífico Holocausto. Dez anos depois da crise de 2008, evidentemente com outros fatores associados, temos o crescimento da extrema direita, do populismo, do mesmo horror ao “outro” agora com mais pontos de aplicação: imigrante, mulher, negro/a, cigano/a.

O que têm em comum estes dois períodos? Ambos se desencadearam depois de uma grande crise do capitalismo, crise financeira e económica, que deu origem a elevadas taxas de desemprego, falências, medo, insegurança. E neste sentido podemos dizer que há uma dimensão estrutural nesta escalada.

Com efeito, perante mais esta crise financeira e económica do capitalismo, as forças políticas tradicionais não conseguem responder à degradação das condições de vida de milhões de pessoas. Vivida evidentemente de forma diferente em cada país, a crise é global, desencadeia-se em catadupa atingindo todos os países dada a interdependência das trocas económicas nos mercados globais. E são os/as mais vulneráveis e dependentes, os/as mais atacados, embora setores expressivos das classes médias também sejam atingidos. Para muitos o espectro do desemprego acentua o medo, a evidência de ausência de controlo sobre o destino desencadeia sentimentos de impotência.

Perante a complexidade dos problemas, os discursos autoritários e revanchistas tornam-se populares, porque reduzem a complexidade identificando grandes inimigos: “corruptos”, imigrantes, islamitas, negros/as, ciganos/as, mulheres, homossexuais, descrentes, a esquerda, em suma, todos os que se tornam os/as “judeus/ias” do tempo presente.

A política agrava a sua opacidade, as divergências sobre a saída para a crise transformam qualquer debate num desfile penoso de perspetivas. Perante as respostas fragmentadas dos partidos políticos tradicionais, a insegurança e os conflitos, as repostas de líderes religiosos e/ou autoritários parecem mais apelativas. E se sabemos que poderosos interesses económicos e militares sustentam estas lideranças, o facto é que os mais pobres e vulneráveis, tendem a acreditar que estes líderes são a solução para os seus problemas e por isso os apoiam.

Fatores estruturais como a crise financeira e económica — conjugam-se assim com fatores subjetivos e emocionais. E é a esses sentimentos mais básicos e arcaicos, que exploram o medo e a insegurança, alimentando o ódio, que apelam os líderes autoritários.

- 2.1** Mas por que recorrem também estes líderes ao sexismo, ao racismo, à homofobia atacando diretamente a igualdade de género, quando não defendendo abertamente o uso da violência?

Por que é que a igualdade de género está sob ataque? Por que é que, mesmo em países onde estas políticas não são tão expressivas, estamos também a assistir a uma espécie de *backlash*, ou ao que alguns autores e autoras apelidam de *anti-genderism*?

São estas, entre outras, as perguntas para que procuramos resposta neste congresso. Apenas como hipóteses de trabalho, avançamos algumas ideias que gostaríamos de debater convosco ao longo destes dias.

- 2.2** Num primeiro nível de resposta podemos dizer, como Judith Butler tem sugerido, que a eleição de Trump seja uma reação, inesperada ou imprevista por muitos, à eleição de Obama e à ameaça da eleição de uma mulher (que de resto acabou por ter mais votos que Trump). Ou seja, os fatores da crise de 2008, identificados acima — o desemprego, as condições precárias de vida e a falta de horizontes — terão empurrado setores da classe média branca empobrecida e outros setores populares para posições de ressentimento e revanchismo racista e sexista. Ou como J. Butler afirmou:

Não tínhamos consciência do quão disseminada é a raiva contra as elites, o quão profunda é a raiva de homens brancos contra o feminismo e contra o movimento pelos direitos civis, o quão desmoralizadas muitas pessoas estão à custa da desposseção económica e o quão inebriadas as pessoas estão pelo isolacionismo e com a perspetiva de novos muros e belicosidade nacionalista. Será essa a nova “*whitelash*” [reação branca]? Como foi que não previmos a dimensão disto? (Butler, 2016)

Noutros países, como é o caso do Brasil, também poderemos colocar como hipótese que os avanços relativos dos direitos das mulheres e dos homossexuais, os avanços na luta contra a violência de género e contra as mulheres, como as mudanças legislativas como a Lei Maria da Penha, os avanços relativos às questões da igualdade de género nas escolas, possam ter desencadeado as mesmas reações de ressentimento e raiva muito bem aproveitadas por alguns grupos religiosos.

Também neste caso a raiva sexista contra a eleição de Dilma foi bem visível no episódio da sua destituição. Novamente aqui interesses económicos e políticos souberam aproveitar estes sentimentos arcaicos, sem hesitarem em recorrer ao exemplo dos horrores da ditadura militar, usando-os agora como trunfos.

Haverá decerto ainda as pessoas que não perdoaram a Lula e a Dilma a demonstração de que era possível retirar pessoas da pobreza e fazer baixar os gri-

tantes níveis de desigualdade do país. Mas decerto que a Karla Bessa, e outras colegas brasileiras, nos ajudarão a analisar melhor este e outros aspetos.

Claro que estes ataques tiveram repostas vigorosas em manifestações nas ruas. Quer nos EUA, quer no Brasil, mulheres e muitos jovens não deixaram de protestar. Mas também houve igualmente manifestações pro “ditadores” nos dois casos, mostrando fraturas políticas e sociais, como de resto também se verificou em muitos outros países como no Reino Unido, Hungria, Polónia, entre outros.

Também em Espanha se verificaram de há muito anos para cá, grandes avanços na área da Igualdade de género. Recentemente houve grandes manifestações, demonstrações públicas que fizeram recuar decisões judiciais como foi o conhecido caso “la manada”; mas também aí cresceram os movimentos nacionalistas e fascistas, que não só glorificam os tempos negros da ditadura de Franco, como estão explicitamente contra a Igualdade de Género, como o Vox. E de certo que a Marta Soller nos ajudará a analisar melhor estas situações.

- 2.3** Assim esta leva de ataques à igualdade de género, e aos direitos humanos, ou mesmo a tentativa de negação da existência do racismo, pode ser explicada por fatores comuns a outros períodos históricos — o desemprego, a falta de perspetivas, o desespero, a falta de políticas que respondam aos problemas das populações tendem a empurrar largas camadas da população para o apoio a líderes autoritários. Mas há fatores novos.

O que há de novo no tempo presente é que os pretextos para os ataques se dirigem aos avanços verificados nalguns países exatamente nas áreas da Igualdade de género, dos direitos humanos ou da luta contra o racismo e a xenofobia, áreas agora “diabolizadas”.

E podemos procurar explicar serem estes os novos pretextos por duas razões. Em primeiro lugar, a mobilização dos tais sentimentos mais arcaicos com uma narrativa que remete para um passado idealizado quando nada destas “modernices” existiam.

Quando procuramos explicar, por exemplo, por que é que um homem persegue e assassina a sua ex-mulher, que sai de casa e se separa contra a vontade dele, teremos de certo de nos confrontar com a expressão primitiva do ressentimento, da perda de controlo e do sentimento de posse, uma das situações limite da dominação masculina que quando posta em causa não conhece outra resposta senão a da violência.

O que há de novo relativamente ao passado, e no nosso contexto cultural, não é que haja hoje mais violência, é apenas que as mulheres reagem a ela e não a suportam. E infelizmente pagam ainda um preço bem alto por esta ousadia.

O mesmo se poderia dizer quando vemos as reações homofóbicas perante a expressão mais clara da afirmação pública dos movimentos de gays, lésbicas e trans ou queer.

Mas, em segundo lugar, temos de admitir que apesar da esperança em que todos/as os/as que se têm envolvido na luta pelos direitos humanos e apesar de algumas vitórias obtidas no plano jurídico e político, a verdade é que essas vitórias e os movimentos que as suportam são relativamente recentes, se se faz a comparação com a milenar dominação sobre as mulheres ou as centenas de anos que têm as feridas criadas pela escravatura e pelas histórias coloniais.

Mas voltemos ao que Butler afirmava no início.

Não tínhamos consciência do (...) quão desmoralizadas muitas pessoas estão à custa da despossessão económica. Será essa a nova “*whitelash*” [reação branca]? Como foi que não previmos a dimensão disto? (Butler, 2016)

Esta pergunta contém uma reflexão do que pode ter falhado nas análises feitas pelos feminismos perante estas situações. O que é que não vimos?

Na nossa perspetiva, esta reflexão convoca uma velha questão que há muito se tem debatido no quadro dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres. A questão de dar de novo relevância determinante às questões identitárias ou aos contextos sociais e económicos, para de novo se rejeitar a lógica simplista do ou/ou. Isto é, sem perceber como e em que contextos as identidades são vividas e experienciadas, perdem-se dimensões de conhecimento da realidade que são essenciais para a compreender. Assim é preciso estar consciente e próximo das realidades da vida quotidiana de pessoas, homens, mulheres, negros, brancas, ciganos, gays e lésbicas, trans, queer ou de qualquer outra afirmação identitárias ou de recusa de todas elas, que vivem os efeitos da globalização, as dificuldades do tempo presente nos diferentes contextos.

Não porque a despossessão económica ou social seja o fator predominante perante outras características identitárias ou estas mais importantes do que as outras; mas porque os diferentes tipos de desigualdades se entrelaçam e só podem ser compreendidas quando analisadas em contexto, combinando dimensões

estruturais — sociais e económicas — com dimensões institucionais, conjunturais e com os planos simbólico e emocional.

E se a perspetiva de Butler já nos tinha ajudado a ver os limites das categorizações identitárias, chamando a atenção para a fluidez, para a necessidade de dar atenção ao sofrimento dos/as outros/as ou às múltiplas interdependências, a abordagem mais recente de Nancy Fraser aproxima-nos também de uma resposta possível às interrogações colocadas.

Com efeito, para Fraser, na análise das realidades sobre discriminações de género e sobre justiça social é fundamental combinar três fatores, três Rs : as questões da redistribuição, que remetem grosso modo para a desigualdade social, com as questões do reconhecimento, ou do estatuto, que se referem às questões da dignidade e da valorização dos direitos relativos à livre expressão da sexualidade, da orientação sexual e da expressão de género, com os direitos de representação que se referem à representação política e ao poder.

Neste sentido, estamos a viver um período que impõe a compreensão dos diferentes níveis de desigualdades e da forma como elas se articulam. Desigualdades de recursos, mas também desigualdades vitais e desigualdades existenciais, como Ferreira de Almeida propõe a partir de G. Therborn.

E como Fraser insiste:

Isto não significa que teremos de nos calar sobre as urgentes questões colocadas pelo racismo e pelo machismo. O que teremos de fazer é mostrar como estas antiquíssimas formas de opressão encontram nova expressão e terreno nos dias de hoje através também da ação do capitalismo financeiro. Rebatendo a falsa noção de uma cisão irreconciliável, devemos relacionar os preconceitos sofridos pelas mulheres e por minorias étnicas às dificuldades enfrentadas pelos eleitores de Trump. (Fraser, 2017)

Mas mesmo estas respostas genéricas não serão suficientes. De facto, para enfrentar os difíceis tempos que estamos a viver importa contar com os contributos de investigação com proveniência em várias latitudes que há muito alimentam o conhecimento sobre as questões de género, mas que têm menos visibilidade porque não provêm da Europa ou dos EUA.

No Brasil, Argentina, Chile ou México e em toda a América Latina, mas também em África, há reflexões importantíssimas de colegas veteranos/as ou mais jovens, dos feminismos negros nas suas diferentes versões, dos movimentos LGBT

e trans, cujos contributos são decisivos para uma melhor compreensão das diferentes realidades e contextos.

E também em Portugal, claro, país onde apesar do CIEG ser recente a pesquisa na temática dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres tem sido desenvolvida por várias investigadoras e investigadores, dos mais veteranos aos mais jovens. E é dessa produção, que procuramos justamente, nos nossos congressos, dar visibilidade nacional e internacional.

São momentos como este que permitem intercâmbios tal como aconteceu no I Congresso e do qual resultaram dois livros com textos muito ricos e diversos em português e inglês. Resultado que esperamos, com os vossos contributos, replicar agora.

Ao reunir um conjunto de 9 mesas semiplenárias e ao escolher três temas centrais para as nossas mesas redondas plenárias procurámos dar conta de uma ampla diversidade de perspectivas. Convidámos investigadores, investigadoras, mas também ativistas, participantes nacionais e internacionais cujas reflexões irão decerto ser muito estimulantes para o debate.

Para a primeira mesa-redonda plenária escolhemos o tema *Direitos, Políticas e Resistências*, tema da maior atualidade nos planos científico e político.

Quisemos também debater em conjunto convosco, na segunda mesa plenária, a questão das masculinidades, porque as questões de género não são problemas das mulheres, mas questões sociais globais. Ao refletir sobre as diversas masculinidades cruzamo-nos com as construções identitárias, os problemas da dominação masculina e das desigualdades, mas também com os seus constrangimentos, bem como com os caso-limite das masculinidades tóxicas e da violência.

Por último, pareceu-nos adequado abordar as questões das *Desigualdades, Etnia/raça e Discriminação* temas que remetem para a dimensão mais histórica e de um mundo globalizado, mas ainda refém das lógicas coloniais e pós-coloniais, gerando e atualizando velhas e novas formas de discriminação em que a transversalidade das questões de género também se faz sentir.

3. O que esperamos do CIEG e deste Congresso? Realizamos o Congresso pouco depois de termos confirmado a nossa classificação de Excelente no âmbito do último exercício de avaliação internacional promovida pela FCT. Claro que não só ficámos contentes pelo resultado como pelas palavras elogiosas que nos foram dirigidas e que atestam o reconhecimento pelo nosso trabalho. Foi muito impor-

tante verificar, por outro lado, que houve um considerável reforço dos recursos para ampliarmos e reforçamos a nossa ação. O que nos deixou muito felizes, mas também conscientes das responsabilidades acrescidas.

Nos nossos ainda curtos 7 anos de atividade definimos objetivos que temos cumprido e alguns mesmo superado.

Desenvolvemos projetos de chamada investigação fundamental, formamos estudantes de mestrado e doutoramento, fazemos formação pós-graduada específica e cursos especializados de IG destinados a públicos muito variados; avaliamos e contribuímos para o desenho de políticas públicas; disseminamos conhecimento, promovemos o impacto social das nossas atividades.

A realização dos Congressos internacionais de três em três anos cumpre vários objetivos centrais desta nossa variada atividade.

Por um lado, o objetivo de dar visibilidade e fazer crescer o campo científico dos Estudos de género, feministas e sobre as mulheres em Portugal, mas também de o internacionalizar.

Por outro, o de ser um ponto de encontro entre investigadoras e investigadores, dos vários continentes — Europa, EUA, América Latina, África, Austrália — para que desses encontros regulares e intercâmbios se possam produzir avanços no conhecimento científico nesta área de forma a melhorar a nossa capacidade de interpretação crítica e reflexiva e de intervenção nos diferentes terrenos onde a nossa ação se desenvolve.

Mas para além da pesquisa propriamente dita como verão em várias comunicações ao congresso, debatem-se políticas públicas, discute-se o alcance e as vantagens de adotar esta ou aquela abordagem ou esta ou aquela forma de proceder. E beneficiamos assim das diferentes abordagens das/os intervenientes neste campo — investigadoras/es, mas também responsáveis políticos, ativistas — e das diferentes experiências desenvolvidas nos vários países.

É igualmente fundamental para nós, através dos resultados de pesquisa e das reflexões conjuntas que possamos desenvolver no Congresso, dar visibilidade aos vários tipos de desigualdade e formas de discriminação mais diretas ou mais subtis.

De facto, embora seja demonstrativo do poder patriarcal e do estatuto de inferioridade das mulheres o facto de, por exemplo, elas não chegarem aos lugares de topo de decisão, todos sabemos que estas exigências legítimas têm uma forma de expressão mais visível do que outras formas de discriminação — como os baixos salários da esmagadora maioria das mulheres trabalhadoras pouco qualifi-

çadas — ou formas de discriminação mais direta ou mais sutil como o racismo encapotado ou a homofobia.

O privilégio é invisível e é por isso fundamental conseguir pôr na agenda mediática, e demonstrar, essas realidades desiguais e quotidianas que tantos vivem.

Se não temos ilusões de que é insuficiente demonstrar o que os nossos resultados “gritam”, e de que é necessária a pressão dos movimentos sociais e dos ativismos para que haja mudança, de que são precisas medidas de política pública *top/down* para que essas transformações se concretizem, a verdade é que, como a história recente nos parece ensinar, todas estas ações precisam de ser complementadas por um trabalho de persuasão, constante e assertivo, para sustentar as mudanças.

Contamos convosco para nos ajudar a percorrer esse caminho.

Referências

- Butler, Judith (2016). *A statement from Judith Butler, e-flux conversations*. <https://conversations.e-flux.com/t/a-statement-from-judith-butler/5215>
- Fraser, Nancy (2017). *A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista*. <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/46163/a-eleicao-de-donald-trump-e-o-fim-do-neoliberalismo-progressista> tradução de Dissent Magazine.

